Universidades Lusíada

Diogo, Manuel Maria, 1954-

Território e cidade

http://hdl.handle.net/11067/400

Metadados

Data de Publicação 2010

Resumo Esta abordagem assenta no princípio de que a cidade, como qualquer organismo vivo, se encontra em contínua mutação, correspondendo a forma urbana ao modo como se organizam os elementos morfológicos e se ligam entre si por relações de natureza espacial. A identificação destes aspectos cruza-se com o conjunto de vicissitudes que a evolução do espaço urbano sofreu no decorrer da sua própria história, constituindo globalmente uma resposta a um contexto preciso que tanto pode abranger critérios econó...

Palavras Chave Planeamento urbano, Planeamento urbano - História

Tipo article

Revisão de Pares Não

Coleções [ULL-FAA] RAL, n. 1 (2.º semestre 2010)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-10-12T05:47:06Z com informação proveniente do Repositório

http://repositorio.ulusiada.pt

TERRITÓRIO E CIDADE

Manuel Diogo

Resumo

Esta abordagem assenta no princípio de que a cidade, como qualquer organismo vivo, se encontra em contínua mutação, correspondendo a forma urbana ao modo como se organizam os elementos morfológicos e se ligam entre si por relações de natureza espacial.

A identificação destes aspectos cruza-se com o conjunto de vicissitudes que a evolução do espaço urbano sofreu no decorrer da sua própria história, constituindo globalmente uma resposta a um contexto preciso que tanto pode abranger critérios económicos e sociais, como preceitos de natureza estética, arquitectónica e funcional.

Sublinha-se igualmente o facto da história do urbanismo demonstrar circunstanciadamente que a variação dos contextos, mesmo quando nos encontramos na presença de elementos morfológicos similares, pode originar propostas de desenho urbano diferentes que resultam do modo como o conjunto desses elementos se posicionam, se organizam e se articulam entre si na formação e na evolução do espaço urbano.

Palavras-chave

Território; Ordenamento; cidade; planeamento; modelo organizacional.

Abstract

This approach is based in the assumption that the city, as any other living organism, is in continuous mutation, being the urban form the way as the morphologic elements are organized and connected into relations of spatial nature.

The identification of these aspects is articulated with the set of occurrences that emerge from the evolution that the urban space as suffered in elapsing of its proper history, constituting globally a response to a precise context that can as much enclose economic and social criteria and also aesthetic, architectural and functional rules.

The history of urbanism underline the variation of the contexts, even when we are in the presence of similar morphologic elements, that can originate different proposals of urban design that result of the different form as the set of these elements are located, organized and articulated between itself in the formation and in the evolution of the urban space.

Key-words

Territory; Order; city; planning; organizacional model.

1 - Introdução

A sistematização que orienta este trabalho apoia-se em reflexões suscitadas pela necessidade de encontrar resposta para algumas questões específicas decorrentes das transformações físicas do território, mormente aquelas que surgem associadas aos conceitos "ordenar e planear", uma vez que o seu carácter aberto e exploratório suscita reequacionamentos permanentes no quadro do processo de alteração territorial e urbano.

Porém, condiciona-se o percurso deste trabalho abordando apenas alguns exemplos legíveis, em termos conceptuais, relacionados com a ocupação histórica do espaço com o intuito de que da análise interpretativa da cidade antiga, cruzada com outros contextos e com leituras provenientes de situações muito diferenciadas, resulte uma pequena contribuição para a clarificação de aspectos de natureza evolutiva que assinalam a permanência das estruturas medievais na forma dos aglomerados.

Partindo desse pressuposto e do facto de actualmente nos encontrarmos perante uma distribuição demográfica profundamente assimétrica do território, bipolarizada em torno das estruturas Campo/cidade e interior/litoral, afigura-se-nos pertinente referenciar neste trabalho a constância desta relação com o intuito de estabelecermos uma conexão entre espaço, tempo e história e, por essa via, identificar os fundamentos que indubitavelmente influem na valorização da paisagem urbana.

Assinala-se, neste particular, a capacidade integradora das formas, a tradicional economia de espaços e a progressiva melhoria dos sistemas de construir, sublinhando-se por um lado a predominância da massa edificada sobre os espaços livres que sobreviveram da cidade antiga e a articulação, ainda que ténue, entre espaço urbano e espaço natural, e por outro, a gradual desagregação e a perda de identidade da imagem da cidade.

É, pois, com a consciência de que o conhecimento de cada lugar pode contribuir para a compreensão dos problemas e dos desafios levantados pela transformação do território natural – num processo que embora sendo contínuo nem sempre foi inventivo e renovado – que nos propomos desenvolver alguma reflexão tendente a interpretar, em termos espaciais, o princípio de que a estrutura do lugar não é uma condição fixa nem eterna.

Cabem nesta perspectiva as referências ao facto de que o acto consciente e deliberado de modificar do espaço é pelo menos tão antigo quanto o são os assentamentos neolíticos, ou os núcleos urbanos construídos pelas civilizações que se desenvolveram nos vales férteis do Nilo, do Tigre, do Indo e do Eufrates.

Fernando Chueca Goitia[1] assiná-la relativamente às culturas egípcia, mesopotâmica e industânica, enfatizando o facto da grande evolução se ter processado entre os anos 3000 e 2000 a C., que poucos vestígios de cidades se conhecem, restando apenas gigantescos monumentos religiosos e fúnebres, assim como palácios de imperadores divinizados aos quais se acedia através de sumptuosas avenidas processionais profusamente decoradas, cujo traçado - a exemplo do que deu origem à Babilónia ou ao que ligava os templos de Lúxor e Karnak em Tebas – marcou, de certa maneira, o desenvolvimento aplicado à área disciplinar que hoje denominamos de urbanismo.

[1] Um dos exemplos da urbanística egípcia mais conhecidos é a cidade de Kahun, construída no século XIX a.C., planeada para alojar os operários que trabalharam na construção da pirâmide de Sesóstris II.

Constituiria, então, um exercício meramente empírico e provavelmente inútil iniciar esta abordagem, ainda que sumária, sobre a ocupação e a evolução do espaço desligada do suporte documental proveniente das civilizações antiga e clássica, sobretudo do processo de formação e de desenvolvimento das cidades gregas e das cidades do império romano, nomeadamente no domínio da organização do quarteirão, ou dos clássicos modelos de organização territorial da cidade que, no seu conjunto, constituem o laboratório onde se processou a sedimentação de um considerável e insubstituível espólio cultural.

Esta interpretação leva-nos igualmente a reflectir sobre a organização da cidade antiga e sobre alguns dos pressupostos que dominaram a composição europeia até aos nossos dias, mormente aqueles que resultam da influência política e social das cidades gregas.

2 - Evolução Histórica do Espaço

2.1 - Cidades gregas

Sendo certo que a polis se estrutura em torno de dois pólos, a Ágora que constituía o ponto focal da vida política, e a Acrópole, conjunto fortificado onde se situavam os edifícios públicos de funções administrativas e jurídicas, a diferenciação entre ambas advém preponderantemente de a sua função partir da disposição regular da Ágora, e da sua forma resultar da correspondência que se estabelece entre o local de implantação e a estrutura morfológica do território.

Refira-se a este propósito que a quadrícula grega representa um meio de organização fundiária do solo para construir habitação e não um princípio de composição urbana que se sobrepõe, indiferentemente, às características da topografia; esta circunstância obrigou à construção de terraços e de plataformas que serviram para implantar os edifícios que em muitos casos ocupavam a totalidade de uma quadra.

Esta constatação não só nos remete para a questão da ocupação e da evolução do espaço urbano, quaisquer que tenham sido os seus processos de crescimento, como nos remete para o facto das regras morfológicas terem sido constantes e servirem a diferentes tipos de poderes e a diferentes objectivos culturais, estéticos, programáticos e funcionais.

Tanto mais que estes aspectos são observáveis nas cidades tal como se formaram até ao final do século XIX, sendo abandonados e abolidos na cidade moderna, para serem retomados parcialmente nos últimos anos do século XX, em torno de novos conceitos e de novos valores urbanos.

Esta comparação relacional é aproveitada por Goitia para referir que Hippodamus, arquitecto grego do séc. V. a C., é considerado por Aristóteles[2] como o primeiro urbanista que aplicou intensivamente a quadrícula em Mileto e na concepção de diversas cidades, com destaque para Olinto, pondo em prática a doutrina de uma organização lógica da Cidade.

2.2 - Cidades do império romano

Embora com temporalidades distintas foi desenvolvido nas cidades do Império Romano um processo semelhante demonstrativo de que o ordenamento não é a consequência de um

[2] Aristóteles ao referir-se a Hippodamus chegou a dizer que este teria "inventado a arte do planeamento de cidades".

planeamento intuitivo nem a resultante casuística da satisfação de necessidades de carácter pontual; pelo contrário, é nas colónias romanas que por razões de natureza fundiária e abundância de mão-de-obra – nem sempre qualificada – que maior utilização se faz da quadrícula.

Não obstante esse facto, a perfeição técnica alcançada incorpora um forte substrato religioso e científico, designadamente na utilização de regras matemáticas e geométricas na definição do plano da cidade romana, de que é exemplo o número de ouro que, de resto, se repetirá mais tarde com o Modulor de Le Corbusier.

É, ainda, em Roma que pela primeira vez se introduz a regulamentação urbanística em consequência da falta de espaço e de água por um lado, a necessidade de defesa e a grande dimensão urbana por outro, obrigando a minuciosos regulamentos que o aparelho jurídico romano organizou e codificou, nomeadamente posturas, interdições e obrigações que produzem um controlo apertado sobre largura das ruas, normalização da altura dos edifícios, limites da cidade e de outros aspectos de enquadramento administrativo.

Na verdade se nos Gregos a procura de integração entre a arquitectura e a natureza condiciona o acto de construir, o sentido do grandioso e da monumentalidade na arquitectura são claramente romanos.

Isto é, à delicadeza e subtileza da arquitectura e do urbanismo gregos, contrapõe-se a monumentalidade romana, demonstrativa de força, de capacidade técnica e de realização.

Deste ponto de vista, Gregos e Romanos já representavam no essencial os modelos possíveis de diálogo do edifício com o sítio, seja através do processo de integração ou por uma questão de afirmação do próprio poder, com particular destaque para o elemento arquitectónico e para a infra-estrutura que se assumiam como elementos morfológicos preponderantes na imagem e na estrutura da cidade.

Aliás, essa preponderância nem pelo próprio Nero foi posta em causa quando, após o incêndio de 64 d.C., intervém radicalmente na cidade organizando a reconstrução dos bairros destruídos com método racionais, ciente de que não podia mudar as grandes linhas da estrutura inicial.

Para além disso algumas categorias de espaços e de elementos morfológicos já seriam utilizados com significado próprio na Grécia e em Roma, especialmente a rua como lugar de comércio e de circulação, a praça enquanto local de encontro cívico e social, a Ágora e o Fórum que representavam a essência de lugar nobre e de prestígio.

Vários autores[3] defendem que espaço romano, pelo facto de se apresentar estruturado e concentrado, acabou por criar as condições que sustentaram o aparecimento de uma grande monumentalidade obtida pela saturação de construções, embora sem a ideia pré-concebida de estabelecerem relações espaciais entre si como, de certa forma, aconteceu na Grécia.

Na verdade, a utilização sistemática de formas circulares, semicirculares, cilíndricas e esféricas, se por um lado produziu imagens de grande intensidade arquitectónica, por outro condicionou o estabelecimento de um diálogo de continuidade.

[3] Grandes Impérios e Civilizações: Roma - Legado de um império. 1.ed. Madrid: Ed. do Prado, 1996. pp. 112-114.

2.3 – O quarteirão grego e o quarteirão romano

Como já atrás se mencionou, a constituição do quarteirão grego é uma das consequências da utilização da quadrícula e, particularmente, em Mileto e em Príamo a materialização da quadrícula geométrica, cujo parcelamento assenta na distribuição de terra a cada família em forma de lotes residenciais.

A habitação que normalmente é constituída por um só piso ocupa áreas variáveis, com e sem pátios, com e sem espaços livres interiores, ainda que sem referências estéticas precisas em virtude da localização dos edifícios públicos ser independente dessa malha reticulada.

Considerando, ainda, a organização do quarteirão romano poderá assumir-se que no plano da ocupação apresenta uma vivência fundamentalmente residencial, é subdividido em parcelas, ocupado por uma villa ou por um insulae em que o muro ou a fachada delimitam o traçado da rua.

Em ambos os casos – nos quarteirões grego e romano – não existe logradouro, horta, espaços residuais ou intersticiais, poderão existir quando muito espaços livres interiores que correspondem a pátios.

Contudo, a imponência formal da habitação é maior em Roma do que na Grécia, decorrente em grande parte da diferente organização social e da existência de muitas famílias poderosas que procuravam conforto e requinte no modo de habitar.

Em Roma, o assentamento das grandes estruturas ocupa por vezes vários quarteirões sem no entanto interromper os traçados que os delimitam, antes estabelecem continuidades que integram os grandes edifícios e os espaços públicos com o sistema de quadrícula.

Apesar desse facto é, todavia, sobre o quarteirão que vão incidir as maiores transformações, porque sendo um elemento morfológico que interliga e estrutura vários outros, é também nele que melhor se comprova a separação entre domínio público e privado, e onde com maior prevalência se estruturam as práticas sociais da sua utilização.

A avaliação que decorre das variações e do modo como os diversos povos interferiram na modelação da estrutura morfológica pré-existente, na ocupação e na organização espacial, demonstra que as formas emergentes do planeamento urbano e as expressões de ordenamento do espaço não rural que se desenvolvem à medida que surgem novas necessidades, encontram também plena justificação na evolução da polis grega e na civitas romana.

Isto é, a cidade fortificada por razões de defesa; a cidade mercado, centro de abastecimento e de trocas comerciais; e a cidade templo, enquanto espaço de oração e de cultura, apesar de a natureza ser diferente, percorrerem caminhos de complexidade idêntica na formulação dos seus traçados.

3 - Regeneração do Espaço Urbano

As referências que medeiam a natureza evolutiva da cidade antiga e os modelos relacionados com a qualidade de vida urbana, num processo em que as verdades de um dado momento histórico vão sendo questionadas na época seguinte, fornecem-nos as âncoras para encarar a cidade numa perspectiva que corresponde ao somatório das intervenções que historicamente influem na respectiva organização física e social.

Isto porque em certo sentido a questão cidade contínua ou cidade aberta não é nova; a regeneração do espaço urbano e a defesa da cidade tradicional começou a colocar-se a partir de meados do século XVIII no momento em que crescem as preocupações sociais e o papel defensivo das muralhas se tornou desajustado no uso e no tempo, ganhando consistência o entendimento de que a cidade alargada integra consecutivamente a sobreposição de conceitos e de pedaços de cidade, embora nem sempre consiga estabelecer a identidade própria de cada uma das suas partes.

Na prática a busca de racionalidade na organização do espaço urbano que teve na perspectiva o instrumento fundamental do pensamento renascentista, e na regularidade a fonte da harmonia, ao assumir as proporções geométricas da praça numa sucessão de formas quadrangulares que organizam uma malha rectangular recupera-se, na circunstância, a aplicação sistemática do traçado reticular popularizado a partir de Mileto e, em certa medida, articulam-se os actos de infra-estruturar, parcelar e edificar, abandonados após a queda do Império Romano.

Aliás, quando no final do século XVI, o Papa Sixto V,[4] no âmbito da reconstrução da Igreja Universal, após o Concilio de Trento,[5] elaborou um plano regulador para Roma, mais não fez do que concretizar os conceitos idealizados no período renascentista e, a partir destes, construir uma rede de ruas largas e de avenidas majestosas que, para além de facilitarem a ligação da cidade às colinas da antiga Roma, deram resposta à organização do percurso entre as sete basílicas mais importantes da cidade.

Esta referencia é tão mais significativa se pensarmos que a transformação teve origem eclesiástica, não lhe sendo alheios os ideais religiosos saídos do Concilio de Trento que impulsionaram, decisivamente, a arte escultórica com incidência na produção de colunas e de obeliscos que ao localizarem-se, predominantemente, nos cruzamentos das novas artérias vieram a constituir-se como pontos focais na paisagem e como importantes elementos de composição urbana.

Coincidência ou não, o facto é que a recuperação do modelo Renascentista no que concerne à estruturação da cidade e aos ideais religiosos que emanam da Contra-reforma - que trazem de volta a Roma a sumptuosidade dos grandes eixos urbanos - não termina aqui; pelo contrário, a partir do século XVII os urbanistas passam crescentemente a incorporar nos traçados ortogonais a abertura de avenidas diagonais, cujo modelo se prolonga pelos séculos XVIII e XIX e se mantém até meados do século XX.

Sublinha-se, porém, que a partir do século XVII com o intuito de afirmar e simbolizar o seu crescente poder - papas, reis, príncipes ou nobres – aproveitando o aparecimento destas novas correntes de intervenção urbanística que propunham uma ruptura com o sistema medieval de praças, até então maioritariamente fechadas, construíram novas cidades e reformaram a malha urbana de outras desempenhando um relevante papel no processo de formação da urbanística contemporânea, onde nomeadamente sobressaem:

- novas praças com aberturas laterais de ligação ao tecido emergente;
- diferenciação dos quarteirões segundo a sua utilização funcional;
- tratamento da composição das praças com a criação de perspectivas axiais;
- introdução do princípio de estruturação radial de avenidas que convergem para um ponto focal;
- aplicação de grandes diagonais no desenho de jardins e na estrutura urbana.

[4] CHOAY, Françoise, A regra e o modelo. São Paulo, Perspectiva, 1980, p. 270.
[5] MUNFORD, Lewis. A cidade na história. São Paulo, Martins Fontes, 1991

Com efeito, o crescimento populacional da cidade industrial, decorrente da migração de uma parte significativa da população que partia do campo à procura de melhores condições de vida – e de todas as mudanças económicas, políticas e sociais que marcaram o século XIX – constituem-se como o impulso de uma nova concepção urbanística moderna que acabaria por se materializar nas reformas empreendidas em muitas cidades europeias.

Essa influência, e nomeadamente a ascendência da reforma realizada por Haussmann[6] na transformação da estrutura urbana de Paris, através da abertura de avenidas, a construção de boulevards e de grandes jardins, traduzia-se também em reformas realizadas em diversas cidades da própria França e noutras cidades tão diferentes como Roma, Viena, Madrid, Barcelona, Rio de Janeiro, São Paulo, Cidade do México, Chicago e Nova Deli, entre outras.

A conjugação de uma série de circunstâncias favoráveis – com particular destaque para a promulgação de uma lei sobre a expropriação e outra lei sanitária, entre 1840 e 1850 – permitem a Haussmann realizar um grande programa de transformações no espaço urbano de Paris, dando inicio à abertura de ruas que cortam em todos os sentidos o tecido medieval e à criação de praças onde predominam a regularidade e uniformidade da arquitectura das fachadas, que conjuga com a instalação de novos serviços infra-estruturais e a inclusão no corpo da cidade de novos parques públicos.

Em Barcelona com Cerdá, apesar de se estabelecerem abordagens dentro do que pode ser entendido como planeamento urbano moderno, ao mesmo tempo que se procura compreender a necessidade de compactação da cidade industrial, elege-se a habitação como suporte fundamental da qualidade de vida e a da quadrícula como o traçado que reúne melhores vantagens de ordem circulatória, topológica, construtiva e urbanística.

Por conseguinte, poderemos assumir que muito tempo antes de Corbusier, Cerdá[7] traz para o debate um conjunto de questões novas que se centram na qualidade da arquitectura e na do espaço urbano, ao reivindicar a salubridade das habitações e a melhoria do traçado urbano de maneira radical e efectiva, na medida em que considera a habitação e a circulação os dois pólos operacionais do urbanismo.

Pode inferir-se do que atrás ficou sugerido, embora o processo não seja determinista, que a forma de um traçado urbano é a consequência de uma série de implicações que advêm da relação que este estabelece com as potencialidades de crescimento e de conexão com a sociedade e o território, podendo enquadrar-se do seguinte modo: a forma geomórfica é orgânica e resulta da dependência entre morfologia, paisagem e espaço urbano; a forma concêntrica é ideológica e deriva de um compromisso com determinado ideal que transcende o ser humano; a forma ortogonal, na medida em que se baseia numa realidade que depende inteiramente do homem é pragmática, permite o ajuste da estrutura urbana aos requisitos de comunicação e de expansão, mas é também flexível e faculta uma grande variedade de interpretações, representando a quadrícula modular um compromisso entre uma ordem estática e imposta e uma ordem sujeita à evolução.

3.1 - Modelos de organização territorial

Como já tivemos oportunidade de sublinhar, as cidades não nasceram nem chegaram até nós como se fossem realidades abstractas, detentoras da mesma matriz identitária, crescido da mesma

[6] BENEVOLO, LEONARDO, As Origens da Urbanística Moderna, Ed. Presença, Lisboa, 1980.
[7] HALL, Peter; Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX; Editora Perspectiva.

forma, na mesma época e com base na mesma cultura, muito embora alguns se inclinem, ainda hoje, a lê-las de acordo com uma grelha restrita e a considerá-las com base nos mesmos problemas de desenvolvimento, quando na realidade exigem leituras e diagnósticos diferentes.

Sem esquecer os fundamentos que subjazem ao modelo de organização territorial da cidade, retomaremos aqui algumas das ideias que têm acompanhado a sistematização desta reflexão para destacarmos a necessidade de se estabelecer uma perspectiva global que surge com a cidade ordenada segundo esquemas idênticos aos utilizados na instalação racional dos acampamentos, a cidade colina, invariavelmente amuralhada, de ruelas estreitas e muitas vezes labirínticas, ou com o período histórico da Renascença, em que os espaços exteriores passaram a reproduzir a importância da cidade e a magnificência dos seus governantes, organizadas em torno de grandes alinhamentos, praças monumentais e espaços triunfais.

São essas diferenças que tornam cativantes os processos de crescimento, cabendo realçar a importância dos elementos significantes de Vitrúvio[8] relativamente à organização dos espaços e ao estudo da influência dos elementos climatéricos na orientação da cidade, na medida em que os ventos viriam a revestir-se de grande significado na definição da cidade renascentista.

Olhando para a realidade actual, particularmente para muitas cidades americanas ou mesmo para outras cidades aleatoriamente espalhadas por diversos continentes, encontramos por vezes a presença de uma grande diagonal destinada a privilegiar o acesso à área portuária ou ligando traçados relevantes que ora cortam ou unem artérias e, eventualmente, outras áreas complexas visíveis nas nebulosas de povoamento das actuais áreas metropolitanas.

Porém, a tentativa de compreensão das diversas abordagens pluridisciplinares ao modelo de organização territorial da cidade leva-nos a observar que podemos encontrar tipos de povoamento que apresentam as seguintes significações:

- Urbanismo concentrado que se caracteriza por apresentar centros urbanos bem delimitados e espaços praticamente vazios entre os centros é defendido pelos modernistas da Carta de Atenas de 1933, justificado pela construção em altura e por densidades elevadas;
- Urbanismo disperso que tem em consideração as principais linhas força do movimento moderno, nomeadamente a corrente liderada por Frank Lloyd Wright que defende o desenvolvimento da cidade dispersa, considerando que o fenómeno do automóvel torna a cidade concentrada ultrapassada e desajustada da sociedade vigente;
- Urbanismo linear que corresponde ao crescimento do povoamento ao longo de uma linha de transportes ou de uma linha de água, formando uma estrutura contínua de ocupação;
- Urbanismo perlar que embora seja semelhante ao linear apresenta, contudo, soluções de continuidade entre os aglomerados.

Analisando ainda a cartografia de proveniência medieval pode concluir-se que o povoamento seguia com frequência as linhas de festo originando as cidades colina, conquanto os aglomerados secundários se situem regularmente nas portelas, ponto obrigatório de interligação de bacias hidrográficas.

Como se mencionou no inicio deste estudo, a organização territorial da cidade actual corresponde ao somatório de múltiplas intervenções executadas por sucessivas gerações que reproduziram através da respectiva organização social a concepção que o Homem foi formando do mundo.

[8] Vitruvio Polión, Marco (2009). Los diez libros de Arquitectura, Con prólogo de D. Rodríguez, "Vitruvio y la piel del clasicismo", pp. 11-51, Madrid: Editorial Alianza.

Nessa conformidade, ao olharmos para trás e procurar colher alguns dos muitos ensinamentos que o estudo do seu processo histórico nos pode fornecer – num momento em que a cidade sofre transformações muito profundas – afigura-se-nos indispensável encará-la enquanto modelo de análise; e os exemplos e os conceitos são muitos:

1 - Aristóteles sublinha que a cidade é um certo número de cidadãos;
2 - Para Alberti a grandeza da arquitectura está ligada à da cidade e a solidez das instituições costuma avaliar-se pela dos muros que as protegem;
3 - Pirenne refere que em nenhuma civilização a vida das cidades se desenvolveu independentemente do comércio e da indústria;
4 - Para Lewis Mumford a cidade representa o símbolo e a forma de uma relação social integrada;
5 - Spengler diz que a história universal é a história de cidade;
6 - Vidal de La Blache considera que a natureza prepara o local e o homem organiza-o de maneira a satisfazer as suas necessidades e desejos;
7 - Goitia[9] reforça a ideia de que a cidade é um produto do Homem e que as primeiras manifestações de planeamento encontram expressão através de preceitos de natureza conceptual, de desenvolvimento e de estrutura organizacional podendo estudar-se sob um número infinito de ângulos que vão da história à arquitectura e destas ao urbanismo.

Apesar de a cidade ser considerada em qualquer circunstância uma aglomeração humana, fundada num solo convertido em pátria, cujas estruturas internas e externas se constituem e desenvolvem para satisfazer as aspirações da vida colectiva.

Nesse sentido a sistematização do traçado planeado das cidades ganha nova expressão sob a influência do período racionalista correspondendo aos séculos VXIII e XIX em que o crescimento orgânico e incremental é substituído pelo plano unitário desenhado segundo lógicas racionalistas.

Destaca-se, neste contexto, o urbanismo francês expresso em Versalhes e em Nancy e a Baixa Pombalina reconstruída após a ocorrência do terramoto de 1775; as modificações tecnológicas introduzidas pela revolução industrial dos séculos XVIII e XIX; a grande capacidade de adaptação e de resposta por parte da sociedade; e, por fim, a degradação ambiental.

Esta situação propiciou o lastro que acabaria por determinar o aparecimento de aglomerações modelo, antecipando as cidades jardim de Ebenezer Howard no século XX, criadas a partir das primeiras propostas que surgem na primeira metade do século XIX da iniciativa de Robert Owen, Lever Brothers, George Cadbary, Fourier e Cabet, até à Carta de Atenas, período em que se procurou encontrar um denominador comum para uma nova cidade que incorporasse implicitamente uma ideia de higiene, salubridade e boa exposição solar.

Neste período desenvolve-se a escola de planeamento clássico, tendo como principais percursores Patrick Geddes na Grâ-Bretanha e Frederick Olmstead nos EUA que viria a tornar-se crucial na emergência do ordenamento do território.

Ou seja, o novo conceito de ordenamento do território surge então como resposta à necessidade de integração territorial, a uma escala que ultrapassa os limites da urbe e a dos seus espaços adjacentes, desvalorizando-se implicitamente o princípio de que o desenvolvimento das cidades se dá a partir da sobreposição de diferentes conceitos, da justaposição sucessiva doutros pedaços de cidade ou de intervenções globais ou apenas pontuais, sempre com a função explícita de resolver problemas especificamente urbanos e o propósito, mais ou menos velado, de atender a questões de natureza política e social.

[9] GOITIA, FERNANDO CHUECA, Breve História do Urbanismo (2ª Edição), Ed. Presença, Lisboa, 1992

Por outro lado, a escola de pensamento clássico[10], em face dos fenómenos do pós-guerra, da tercearização, do abandono dos campos e dos novos processos de comunicação que originaram a dispersão do povoamento, embora protagonizando a abordagem global do território e considerar que a actividade do planeamento deveria estender-se para além das fronteiras da cidade recorre, apenas, ao conhecimento pericial para perceber o funcionamento dos sistemas ecológicos e o da própria paisagem.

Na avaliação de Faludi[11] destaca-se neste período a Escola de Chicago, em 1940, com o seu modelo de planeamento racional que envolve quatro passos fundamentais: a análise da situação, a definição do percurso a seguir, a avaliação comparativa de alternativas e a selecção da melhor alternativa.

Na década de 60 do século XX a abordagem sistémica, apesar de não trazer grandes inovações em matéria de modelo de planeamento - a não ser a introdução de meios informáticos que vieram possibilitar uma maior capacidade de tratamento de informação - surge como alternativa ao modelo racional em face da necessidade de serem consideradas as actividades e o carácter dinâmico das suas relações.

Na mesma década, entre 1963 e 1969, desenvolvem-se na Gra-Bretanha duas correntes distintas: uma na Escola de Investigação Operacional em Coventry, cujo modelo estratégico de planeamento constitui uma alternativa radical ao modelo racionalista; e outra liderada por Friend e Jessop, referindo-se ao planeamento não como uma sequência linear de acções mas como um modelo cíclico, de contínua interacção e incerteza, mais flexível e adaptativo a situações de conflito, mais próximo da realidade e do sistema decisional.

Em síntese, uma nota final para referir que o processo de planeamento deve ser multidisciplinar, sistémico, permanente no tempo e abordar as escalas que considera mais adequadas para analisar o conjunto do território.

NOTAS (3) - Camillo Sitte reagiu contra as soluções preconizadas por Haussman e as demolições que lhe estavam associadas, defendendo em contrapartida a harmonia da irregularidade presente no traçado orgânico.

4 - Conclusão

É comummente aceite a referência histórica de que o Homem, desde épocas remotas, precisou de se agrupar para encontrar resposta para as suas necessidades comunitárias, originando em consequência a formação da cidade.

Ao admitirem que as primeiras cidades surgiram como centros cerimoniais de uma sociedade ainda campesina, muitos autores enfocam a sua interpretação referindo que a primeira metáfora de referência na sua formação terá sido a cósmica, sublinhando que a subordinação da sua forma adviria de poderes divinos e que se encontraria subordinada à questão das geometrias reticuladas do labirinto, evidentemente entendidas no sentido dinâmico e transfigurativo do termo.

[10] HASSENPFLUG, Dieter. "Germany, Weimar and the Bauhaus - A Micro-Analysis of Globalization". In: ECKARDT, F., HASSENPFLUG, D. (Orgs.). Urbanism and Globalization. Frankfurt/M., Peter Lang, 2004.
[11] FALLUDI, Andreia, A reader in Planning Theory, Ed. Pergamon Press, Oxford, 1973.

Assim entendido, esta lógica de formação do espaço urbano remete-nos para alguns dos pressupostos que dominaram a composição europeia até aos nossos dias, nomeadamente para a estrutura urbana das cidades gregas onde a morfologia, a geometria e a arquitectura condicionam o acto de construir, embora sem a grandiosidade e a monumentalidade romana que é demonstrativa de força, de técnica e de capacidade realizadora.

Deste ponto de vista pretendeu-se sedimentar a ideia de que Gregos e Romanos já representavam no essencial os modelos possíveis de diálogo do edifício com o sítio, seja através do processo de integração ou por uma questão de afirmação do próprio poder, com particular destaque para o monumento, para a obra de engenharia e para a de infra-estrutura que se assumiam como elementos morfológicos preponderantes na estrutura e na imagem da cidade.

A avaliação que decorre das variações e do modo como os diversos povos interferiram na modelação da estrutura morfológica pré-existente, na ocupação e na organização espacial, demonstra que do ponto de vista morfológico, a questão da geometria é indissociável das estruturas ordenadoras, manifestadas aos nossos olhos como forma, ordem espacial, número, matriz e invariante, bem presentes no traçado geométrico das cidades ideais renascentistas, cuja perfeição se assumia como símbolo de um universo matematicamente ordenado.

Ou nos eixos interligados da cidade barroca, assinalados na maioria dos casos através de conceitos onde prevalecem a linha axial de aproximação, a hierarquia do poder, o movimento do sol e os pontos cardeais.

O movimento moderno, ao considerar que a cidade existente é insalubre, congestionada e promíscua, vê-se compelido a apresentar no início do século XX três modelos de organização territorial que se poderão traduzir através da designação de urbanismo concentrado, urbanismo disperso e urbanismo linear.

Porém, se na cidade tradicional, a rua e o edifício são entidades inseparáveis e que a forma da arquitectura influencia a forma da cidade, no movimento moderno, essas duas entidades, o traçado e a rua são claramente postas em causa.

Esta referências denotam que a organização do território integra acções que visam assegurar a sua adequada utilização, prosseguindo objectivos específicos consoante a natureza da realidade territorial e a necessidade de promover a melhoria das condições de vida das populações, no respeito pelos valores culturais, ambientais e paisagísticos, tendo em vista a distribuição equilibrada das funções de habitação, trabalho, cultura e lazer.

Aliás, a Carta Europeia de Ordenamento do Território, elaborada pela Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais da Europa, apresenta a esse respeito uma visão alargada do conceito que engloba as políticas de natureza económica, social, cultural e ecológica da sociedade.

Aqui chegados manteremos o princípio de que ordenar e planear são actos intrínsecos da actividade humana, pelo que quer um conceito quer o outro incorporam regras na utilização dos recursos e de funcionamento quando procuram encontrar soluções para os problemas individuais ou colectivos.

Consequentemente, o interesse do estudo da forma urbana só ganhará efectivamente pertinência caso sejam avaliadas com objectividade as tensões que emanam do crescimento da

cidade moderna, e as decorrentes do franco definhamento da cidade tradicional, para delas retirar ensinamentos que possam abrir novas pistas para o redesenho da cidade contemporânea, porque para nela intervir é necessário compreender e conhecer as suas morfologias e os seus processos de formação.

5 – Bibliografia

BENEVOLO, LEONARDO, As Origens da Urbanística Moderna, Ed. Presença, Lisboa, 1980.
BURN, A.R. As Cidades Rivais da Grécia Antiga. Trad. V.M. Oliveira Jorge. Lisboa: Verbo, 1972.
CASTELLS, M., La Question Urbain, Paris, 1972.
CHEVITARESE, A.L. O espaço rural da pólis grega: o caso ateniense no período clássico. Rio de Janeiro: A.L. Chevitarese, 2000.
CORBUSIER, LE, Maneira de Pensar o Urbanismo (2ª edição), Ed. Publicações Europa-América, Lisboa, 1977.
DURAND, MATTHIEU DE - História Abreviada da Grécia Antiga. Lisboa: Editorial Notícias.
FALLUDI, ANDREIA, A reader in Planning Theory, Ed. Pergamon Press, Oxford, 1973.
Globalization". In: ECKARDT, F., HASSENPFLUG, D. (Orgs.). Urbanism and Globalization. Frankfurt/M., Peter Lang, 2004.
GOITIA, FERNANDO CHUECA, Breve História do Urbanismo (2ª Edição), Ed. Presença, Lisboa, 1992.
GRANDES IMPÉRIOS E CIVILIZAÇÕES: Roma - Legado de um Império. Madrid: Ed. do Prado, 1996. pp. 112-114.
HALL, PETER, Cidades do Amanhã, Ed. Editora Perspectiva, São Paulo, 1988.
HASSENPFLUG, DIETER. "Germany, Weimar and the Bauhaus - A Micro-Analysis of
LABORIT, HENRI, O Homem e a Cidade, Ed. Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1973.
LAMAS, J. R. GARCIA, Metodologia Urbana e Desenho da Cidade, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional da Investigação Científica e Tecnológica, Lisboa, 1993.
LYNCH, KEVIN, L'Image de la Cité, Ed. Dunod, Paris, 1969.
MARTIN, THOMAS R. - Breve História da Grécia Clássica. Lisboa: Ed. Presença, 1998.
MAUSBACH, HANS, Urbanismo Contemporâneo, Ed. Presença, Lisboa, 1974.
MAUSBACH, HANS, Urbanismo Contemporâneo, Ed. Presença,
MUMFORD, LEWIS, La Cité à Travers l'Histoire, Ed. Du Seuil, Paris, 1964.
RELPH, EDWARD, A Paisagem Urbana Moderna, Ed. 70, Lisboa, 1990.
SALGUEIRO, TEREZA BARATA, A Cidade em Portugal, Ed. Afrontamento, Porto, 1992.
TÁVORA, FERNANDO, Da Organização do Espaço, Ed. do autor, Porto, 1962.

Manuel Diogo

Director da Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada do Porto